

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 21ª Reunião (Ordinária) da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – Desastre de Mariana

Data: 06 e 07 de Março de 2018.

Local: Secretaria Nacional de Assistência Social: Edifício The Union: SMAS Trecho 3, Lote 1, Guará – Brasília/DF. Ministério do Desenvolvimento Social. Primeiro Andar, Sala de Reuniões nº. 131.

Presentes:

- Governo Federal:
 - Presidência da República (Casa Civil);
 - Ministério do Desenvolvimento Social (SE, SECNPCT e SNAS);
 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;
- Defensoria Pública da União;
- Assessoria do Ministério Público Federal;
- Assessoria da Câmara dos Deputados;
- Governo de Minas Gerais:
 - Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social;
- Governo do Espírito Santo:
 - Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social;
- Município de Mariana (MG);
- Município de Linhares (ES);
- Associação dos pescadores do leste de Minas Gerais;
- Ernst & Young;
- Fundação Renova;
- Fundação Ramboll Environ.

I. Apresentação da pauta

Período da manhã (10:00 às 13:00h):

1. Informes Gerais
 - a. Parâmetros para realização das reuniões ordinárias e funcionamento das Assessorias Técnicas;
 - b. Necessidade de a CTOS analisar relatórios formais da FR;
 - c. Validação da ata CTOS 20ª e respectivos encaminhamentos;
 - d. Informe acerca da necessidade de análise dos documentos da FR de escopo dos programas a ser apresentado na Reunião Intercâmara de 28/03.
2. Termo de Quitação
 - a. Informe por parte da DPU e Renova;
 - b. Encaminhamento possível, tendo em vista os prazos do PIM.
3. PIM
 - a. Status da Assistência Jurídica gratuita (Renova);
 - b. Status negociações, acordos fechados e pagamentos realizados e indenização Assistida (Renova);
 - c. Perspectiva de cumprimento das Deliberações 11 e 119.

Período da Tarde (14:00 às 18:00h):

4. Programa de Proteção Social
 - a. Status do Plano e da Implementação.
5. Avaliação da Política Social
 - a. Tratar da temática de Sooretama;
 - b. Apresentação do Relatório do PIM da Fundação, contendo a política indenizatória para os pescadores de subsistência e não regulamentados;
 - c. Auxílio Financeiro Emergencial;
 - d. Cronograma de entrega dos cartões.

II. Informes Gerais

A Fundação Renova informou que realizará um seminário de Saúde nos dias 7 e 8 de maio. Todos os membros da CTOS poderão participar. Maiores informações sobre o evento serão compartilhadas pelo CIF.

A coordenação da CTOS apresentou os novos parâmetros estabelecidos para as reuniões da Câmara Técnica:

a. Formato das Reuniões:

As reuniões ordinárias serão realizadas com data previamente agendada, pauta informada com antecedência de 10 dias e recebimento prévio de documentos a serem apreciados em 3 dias úteis antes da reunião, observando o seguinte protocolo:

- Os participantes serão compostos por: membros efetivos e ouvintes e convocados/convidados (FR);
- Cabem aos membros apreciar as matérias em pauta, debater e deliberar sobre essas;
- Quanto aos ouvintes, quando da necessidade de contribuição na matéria em debate, deverá o assunto ser reportado ao membro da área que representa e ou representante da FR;
- A memória da reunião será compartilhada no prazo máximo de 10 dias após realização da reunião e contribuições deverão ser apresentadas em reunião.

b. Assessorias Técnicas:

Os grupos de trabalho passaram a ser denominados “assessorias técnicas”. Trata-se de uma divisão funcional, composta por membros governamentais da CTOS, com objetivo de apreciar documentos e conteúdos das matérias em pauta, observando o seguinte protocolo:

- Os membros poderão consultar e/ou convidar atores envolvidos no assunto para subsidiar análise;
- As análises serão compartilhadas com todos os membros da CTOS com antecedência necessária ao tratamento do assunto;
- Órgãos governamentais como pontos focais responsáveis para cada Assessoria Técnica:

Programa de Cadastro: MDS

Programa de Auxílio Financeiro Emergencial: a definir

PIM: Casa Civil

Proteção Social: MDS/SNAS

Pesca: Secretaria da Pesca

Demais programas: a definir

- A Fundação irá informar aos responsáveis (pontos focais) por cada programa.

Por fim, estabeleceu-se que a próxima reunião será realizada nos dias 04 e 05 de Abril, no município de Mariana/MG. A gestão municipal e a Fundação viabilizarão a estrutura necessária.

III. Discussões

a. Termo de Quitação:

Após o informe da Fundação sobre o processo adotado para o Termo de Quitação, a Casa Civil solicitou o envio dos documentos utilizados durante o processo indenizatório: formulário, termo de egresso, ata, proposta, declaração e termo de quitação.

b. Programa de Proteção Social:

Foi levantada a necessidade de entrar em comum acordo no que diz respeito ao programa de Proteção Social, de forma que se consiga sanar os pontos mais críticos.

Primeiramente, foi apresentado o planejamento do programa, dividido em:

- 1 – Protocolo para atendimento dos impactados em situação de vulnerabilidade ou risco social;
- 2 – Promoção de acesso das famílias vulneráveis impactadas aos programas de economia e inovação;
- 3 – Trabalho social com famílias com deslocamento físico, antes e após o reassentamento.

Em seguida, foi apresentado o cronograma de visitas já realizadas nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG) para adesão ao plano, ao qual somaram-se aproximadamente 554 famílias.

Levantou-se o fato de que o Ministério Público publicou um TAC com relação à situação de Mariana, que obriga a Fundação a financiar determinadas ações, o que interfere no andamento dos trabalhos que vêm sendo realizados. O Secretário municipal pontuou que mais de 70% das ações ficou de fora. Agora, é preciso pensar nas ações de forma estruturada, pois parte delas terá financiamento da Renova, mas muito dependerá do esforço e organização de diversos atores.

Encaminhamentos:

- 1 – Submeter o programa para aprovação na próxima reunião da CTOS;
- 2 – A assessoria técnica que acompanha o Programa de Proteção Social atuará na consolidação do escopo do programa, apoiando tecnicamente a Fundação e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;
- 3 – Os membros da CTOS farão a análise do escopo do programa;
- 4 – Será realizada reunião sobre o TAC de Mariana, com a participação do Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS/SNAS/MDS) e do estado de Minas Gerais. O DGSUAS enviará orientação técnica para ajustes na forma de repasse de recursos aos municípios e acompanhamento ao TAC. Para esta ação o município de Mariana/MG deverá compartilhar TAC e parecer da Procuradoria para subsídio;
- 5 – Paralelamente, após o dia 13/03 o Secretário Municipal Juliano enviará a minuta do TAC e o parecer preliminar da Procuradoria do Município, para subsidiar a consolidação;
- 6 – A CTOS reafirma o prazo estabelecido em dezembro para a evolução dos planos municipais (abril de 2018).

Com relação ao último escopo enviado, Linhares levantou que há diversos pontos preocupantes: os indicadores pareciam os mesmos, distantes de uma proposta de proteção

social; o programa estava voltado quase exclusivamente para Mariana e Barra Longa, deixando todos os demais municípios de lado – ou subentendido que o mesmo seria feito em todos os municípios, o que não é verdade; e, por fim, com relação ao prazo, também foram desconsiderados os demais municípios. O prazo de 2019 não cabe para Linhares e, provavelmente, para os outros também não, exceto Mariana e Barra Longa.

A Casa Civil complementou que as informações devem ser colocadas de forma mais clara, que não deixe dúvidas com relação à abrangência, prazos, principalmente tendo em vista o extenso tempo já decorrido sem ações concretas neste programa.

c. Política da Pesca:

Ainda hoje, o endereço dos impactados residentes em Sooretama/ES consta como Linhares/ES. Existe demanda para que o município seja incluído como parte da área de abrangência dos impactados. Contudo, de acordo com a Fundação, a Lagoa de Juparanã é o ponto sensível do tema, pois as águas do Rio Doce entram na Lagoa em determinadas épocas do ano, dependendo do volume de águas. Assim, deveria ter sido feita uma ação preventiva, mas não seria possível afirmar que o impacto é o mesmo que em outros locais que foram realmente atingidos pela lama. São casos bastante distintos.

Por fim, a Fundação apresentou que, dentre os 141 pescadores que se autodeclararam dentro de alguma categoria específica da cadeia de pesca, 41 estão no AFE. Na próxima reunião esse ponto será abordado com maiores detalhes.

Encaminhamentos:

1 – A próxima reunião da CTOS deverá assegurar um período para discussão da política da pesca.

2 – A Secretaria da Pesca fará a construção de uma NT para contribuição dos membros da CTOS com objetivo de inclusão do município de Sooretama/ES como parte da área de abrangência dos impactados. Com o documento consolidado, será requisitado ponto de Pauta para reunião do CIF. A Fundação deverá apresentar um balanço com dados detalhados, com separação por estado.

3 – A Fundação enviará subsídios com relação à cadeia da pesca até 04 dias úteis antes da próxima reunião¹, ou seja, 29/03.

4 – A assessoria técnica atuará junto à consultoria para analisar os casos por amostragem. Além disso, a assessoria fará a integração dos assuntos discutidos na CTOS com aqueles discutidos na Câmara Técnica de Assuntos Hídricos.

d. PIM:

A grande preocupação que permeia esse ponto de pauta é a percepção diferente que a Fundação, a população e os demais membros da CTOS têm com relação ao andamento do programa. É preciso alcançar um consenso e agir de forma muito mais efetiva.

Ainda não há acordo com relação ao convênio com a Defensoria e as empresas, para defensores nos escritórios do PIM.

Não há mais o termo de prescrição no documento de indenização.

Uma sugestão de encaminhamento foi a proposta de usar como subsídio o material já elaborado relativo às políticas indenizatórias, e melhorá-lo no sentido de adequá-lo às demandas relatadas na reunião. É essencial ficar clara a definição dos públicos e recortes de renda. Sobre isso, os membros pontuaram que nunca há tempo para discutir o assunto com

¹ O prazo acordado para todos os temas é de 3 (três) dias úteis. Porém, excepcionalmente, pactuou-se 4 (quatro) dias para este tema, por ser mais sensível.

profundidade, tendo em vista que normalmente o assunto fica para o final das reuniões. Assim, foram pactuados três encaminhamentos:

1 – A DPU deverá elaborar uma Nota Técnica sobre o assunto, que será apresentada na próxima reunião;

2 – As políticas indenizatórias serão discutidas com prioridade na próxima reunião, para que haja tempo hábil para discutir detalhes importantes;

3 – A Fundação deverá encaminhar, em 15 dias, o relatório das situações não resolvidas, com objetivo de construir saídas de forma coletiva. Além disso, deverá apresentar a questão operacional do fluxo do PIM.

e. Cronograma dos cartões:

Com relação aos atendimentos realizados até 01 de março, foram realizadas 5.722 análises de elegibilidade. Dessas, constatarem-se 1.512 cadastros elegíveis, e o restante está pendente. Nenhum foi considerável inelegível nesse primeiro grupo. A Fundação realizou esta opção porque nem todas as pessoas têm como comprovar tudo o que seria ideal, e não poderiam ser prejudicadas.

Em relação ao número de cartões de auxílio financeiro, foram apresentados 9.314 titulares ativos, num total de 22.133 pessoas atendidas.

Os próximos passos consistirão na conclusão das análises e reanálises de elegibilidade das campanhas 1 e 2; e no monitoramento constante das ações via CTOS.

Como encaminhamento, a Fundação enviará, até dia 16/03, a primeira estratificação dos cadastros. Conforme sugestão da DPU, é preciso que sejam apresentados em separado: cadastros elegíveis com falta de comprovação; cadastros com comprovação, mas fora do perímetro de mil metros; e cadastros dentro da faixa de renda, porém inelegíveis. Na próxima reunião, a apresentação deverá conter os dados já estratificados.

Memória de Reunião validada na Reunião Ordinária da CTOS de 04/04/2018.